

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO  
EUROPEIA**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

**Aquisição de serviços para a implementação e desenvolvimento das Atividades de  
Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de  
Fafe, no ano letivo 2025/2026.**

**ÍNDICE**

Artigo 1.º - Identificação do procedimento
Artigo 2.º - Objeto do procedimento
Artigo 3.º - Entidade adjudicante
Artigo 4.º - Órgão que tomou a decisão de contratar
Artigo 5.º - Fundamentação da escolha do Concurso Público
Artigo 6.º - Órgão competente para prestar esclarecimentos
Artigo 7.º - Consulta das Peças do procedimento
Artigo 8.º - Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento
Artigo 9.º - Concorrentes
Artigo 10.º - Preço base
Artigo 11.º - Preço da proposta anormalmente baixo
Artigo 12.º - Documentos que constituem a proposta
Artigo 13.º - Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta
Artigo 14.º - Idioma dos documentos que instruem a proposta
Artigo 15.º - Propostas variantes
Artigo 16.º - Prazo de apresentação das propostas
Artigo 17.º - Prazo de manutenção das propostas
Artigo 18.º - Esclarecimento sobre as propostas
Artigo 19.º - Critério de adjudicação e modelo de Avaliação das Propostas
Artigo 20.º - Negociações
Artigo 21.º - Caução
Artigo 22.º - Adjudicações de propostas por lotes
Artigo 23.º - Documentos de habilitação
Artigo 24.º - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
Artigo 25.º - Foro competente
Artigo 26.º - Despesas e encargos
Artigo 27.º - Possibilidade de adoção de ajuste direto
Artigo 28.º - Legislação aplicável
ANEXO I - Modelo de declaração
ANEXO II - Modelo de declaração
ANEXO III – Modelo de Declaração de Intenção de Associação Jurídica
ANEXO A – Modelo de Proposta

**Artigo 1º****Identificação do procedimento**

Concurso Público n.º **124/ABS/2025** - Aquisição de serviços

**Artigo 2º****Objeto do procedimento**

O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de serviços para a implementação e desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do nosso concelho, no ano letivo 2025/2026.

**CPV: 80410000-1 Serviços escolares diversos**

**Artigo 3º****Entidade adjudicante**

Município de Fafe, Avenida 5 de Outubro – 4824-501 – Fafe; [geral@cm-fafe.pt](mailto:geral@cm-fafe.pt) ; Telefone 253700400.

**Artigo 4º****Órgão que tomou a decisão de contratar**

Dr. Antero Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Fafe, no exercício da competência própria que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99 de 8 de Junho, e de acordo com as alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o despacho **de 11 de junho de 2025**.

**Artigo 5º****Fundamentação da escolha do procedimento**

Critério do valor definido no **artigo 20.º n.º 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos**.

**Artigo 6º****Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os pedidos de esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos devem ser solicitados através da plataforma eletrónica acesso: <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, e **serão prestados pelo Júri de apreciação de propostas designado para o efeito**.

**Artigo 7º****Consulta das peças do procedimento**

As peças do concurso serão disponibilizadas, de forma direta na plataforma eletrónica ([www.acingov.pt/acingovprod/2/](https://www.acingov.pt/acingovprod/2/)), desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**Artigo 8º****Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento**

1. Os interessados podem solicitar por escrito, através da plataforma eletrónica, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos são prestados, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, e fazem parte integrante das peças do procedimento ficando disponíveis na plataforma eletrónica, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. Quando haja lugar à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, aplicar-se-á o disposto no número anterior, com as devidas adaptações.
4. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

**Artigo 9º****Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Ao presente concurso poderão apresentar-se concorrentes isoladamente ou em grupo.
3. No caso de se apresentar a concurso um agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser acompanhada de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do presente concurso.
4. Cada uma das entidades que compõe o agrupamento deve apresentar os documentos que são exigidos para acompanhar as propostas.
5. Os membros de um agrupamento concorrente devem constituir-se juridicamente como um, consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, quando lhe seja adjudicado o serviço e tendo em vista a celebração do contrato.
6. Caso o concorrente seja composto por um agrupamento de concorrentes deverá subscrever e apresentar, declaração de intenção de associação jurídica em conformidade com o modelo constante do Anexo III do presente programa.

**Artigo 10º****Preço base**

**296.700,00€ (duzentos e noventa e seis mil e setecentos euros)**, não incluindo imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

**Artigo 11º****Preço da proposta anormalmente baixo**

Para efeitos do presente procedimento considera-se que o preço total resultante de uma proposta de valor igual ou inferior a 30% do preço base será considerado anormalmente baixo, de acordo com o n.º 1 do artº 71º do CCP.

**Artigo 12º****Documentos que constituem a proposta**

A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, constituída pelos seguintes documentos:

1. DEUCP
2. Certidão do Registo Comercial da Empresa, ou código de acesso à Certidão Permanente.
3. Documento(s) que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
  - a) A proposta deve ser apresentada de acordo com o Anexo (A) e com a indicação do preço contratual;
  - b) Lista de Preços Unitários constante da Lista de Artigos, a submeter na plataforma eletrónica (Acingov);
  - c) Documento demonstrativo da estrutura de custos do trabalho necessário à execução do contrato a celebrar, nos termos previstos no nº 2 do art. 57º-A do CCP
  - d) Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento (caso seja aplicável).
  - e) A não apresentação / submissão dos documentos previstos nos pontos 3 determinam a exclusão da proposta;
4. Descrição dos serviços propostos, em conformidade com o exposto na Parte II do Caderno de Encargos.
5. O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.
6. Todos os documentos devem ser redigidos obrigatoriamente em Língua Portuguesa.

**Artigo 13º****Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta**

1. A apresentação de propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma eletrónica **ACINGOV**, no seguinte acesso: <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

2. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto nos artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.
3. Para efeitos da assinatura eletrónica, os concorrentes devem utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora eletrónica do Estado.
4. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita no n.º 4 do presente normativo.

**Artigo 14º****Idioma de apresentação dos documentos que instruem a proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

**Artigo 15º****Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha(m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

**Artigo 16º****Prazo de apresentação das propostas**

Os documentos que constituem a(s) proposta(s), indicados no artigo 12.º do presente programa do procedimento, deverão ser entregues até às 17h00m do 30º dia (incluindo-se na contagem sábados, domingos e feriados), a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.

**Artigo 17º****Prazo para manutenção das propostas**

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de **66 dias** contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se àquele nada requerer o contrário.

**Artigo 18º****Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de

análise e de avaliação das propostas.

2. O júri pode solicitar a apresentação de amostras e/ ou de fichas técnicas e/ ou catálogos correspondentes aos artigos objeto de contrato para efeito de análise e como meio de prova da conformidade dos mesmos com as características e especificações técnicas do caderno de encargos.
3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.
4. Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

#### **Artigo 19º**

##### **Critério de adjudicação e modelo de avaliação das propostas**

1. Critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de monofator tendo como fator de avaliação o preço conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Como critério de desempate, em caso de igualdade de preços, será efetuado um sorteio presencial em ato público na sede do Município, em data a comunicar aos concorrentes para ordenação das propostas, nos seguintes moldes:

O sorteio é presencial e em ato público, na sede do Município, de acordo com as regras que a seguir se discriminam:

a) Os concorrentes admitidos e empatados são notificados pelo Contraente Público, para a data, hora e local da realização do sorteio, cuja ocorrência será, no mínimo, três dias úteis após a notificação efetuada via plataforma na qual está a decorrer o procedimento;

b) O sorteio é público e presencial, em cujo ato participam todos os elementos efetivos do júri, bem como os representantes dos concorrentes, credenciados para o efeito, no sentido da sua efetiva identificação.

c) A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração. Sendo ordenada em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo concorrente cujo nome for extraído em primeiro lugar.

d) Do sorteio será lavrada ata, assinada por todos os elementos do júri e demais representantes dos concorrentes presentes, sendo que na recusa de qualquer dos representantes dos concorrentes, da ata constará referência ao incidente.

#### **Artigo 20º**

##### **Negociações**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### **Artigo 21º**

##### **Caução**

Não será exigível a prestação de caução.

**Artigo 22º****Adjudicações de propostas por lotes**

Não aplicável.

**Artigo 23º****Documentos de habilitação**

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos.
2. Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea b), d) e) e h) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
  - No caso de pessoa singular o respetivo registo criminal; no caso de pessoa coletiva registos criminais dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e da sociedade;
  - Declaração de não dívida à Segurança Social, ou em alternativa declaração de consentimento para consulta on-line, nos termos do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 114/2017, de 19/04;
  - Declaração de não dívida à Autoridade Tributária, ou em alternativa declaração de consentimento para consulta on-line, nos termos do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 114/2017, de 19/04;
3. No caso de se tratar de uma empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos de habilitação referidos nas alíneas anteriores, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição na lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
4. Cópia da certidão permanente de registo comercial ou código de acesso à mesma;
5. Comprovação de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, conforme artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, 21 de agosto.
6. Como complemento aos documentos de habilitação deverão ainda apresentar:
  - Documento de identificação do adjudicatário, caso se trate de uma pessoa singular ou documentos de identificação dos representantes legais da adjudicatária, caso se trate de uma pessoa coletiva. Nas situações em que o/a adjudicatário(a) for representado(a) por procurador, juntar a competente procuração.

Alerta-se que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido.

7.1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

7.2. Quando, pela sua própria natureza ou origem os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.



**Artigo 24º****Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 2 dias.

**Artigo 25º****Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Artigo 26º****Despesas e encargos**

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

**Artigo 27º****Possibilidade de adoção de ajuste direto**

Está prevista a possibilidade de adoção de ajuste direto nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, conforme o caso aplicável, em que todas as propostas tenham sido excluídas.

**Artigo 28º****Legislação aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e restante legislação aplicável.

O Presidente da Câmara,

**ANEXO I – DEUCP**

**Documento Europeu Único de Contratação Pública**

(a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

Disponível em.....

**ANEXO II - Modelo de declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo.º 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (<sup>29</sup>)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA**

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>30</sup>  
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de  
identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>31</sup>  
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de  
identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao .....<sup>32</sup>, tendo tomado claro, perfeito e cabal  
conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1.- Caso lhes venha a ser adjudicada o serviço objeto do concurso, se constituirão em agrupamento  
complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária  
passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no  
instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas  
responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes  
do contrato;

3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito  
na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição  
jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo  
merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura<sup>33</sup>].

30 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

31 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

32 Identificação do procedimento

33 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO A****MODELO DE PROPOSTA**

F..... .. (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de **Aquisição de serviços para a implementação e desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do nosso concelho, no ano letivo 2025/2026** a que se refere o programa de concurso publicitado na plataforma ACINGOV, obriga-se a executar a referida prestação de serviços de harmonia com o caderno de encargos e programa de procedimento referido, pela quantia de... (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado **e de acordo com a lista de preços unitários constante da Lista de Artigos submetido na plataforma eletrónica.**

À quantia supramencionada **(a)** (acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor) ou à quantia supramencionada não acresce Imposto sobre o Valor Acrescentado, por **(b)**.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

- (a)** Selecionar a situação
- (b)** Mencionar o enquadramento legal para a isenção.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

[local],[data] e [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «sua representada»